



PODER

Câmara tenta acelerar aprovação de PEC

Reunião de líderes, na segunda-feira, deve definir tramitação da proposta que turbinaria benefícios sociais. Ideia é votá-la sem alterações

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE
» ROSANA HESSEL

Com aprovação quase unânime no Senado, na última quinta-feira, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 1/2022, que amplia benefícios sociais, tramitará na Câmara a partir da próxima semana. O texto deve ser votado junto com a PEC 15, dos biocombustíveis. Segundo o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), a matéria não deve sofrer alterações. “A proposta é apensar na PEC 15 e votar sem alterações os textos aprovados no Senado”, disse. Ele acredita que o rito de tramitação será decidido na reunião de líderes, agendada para segunda-feira. “Esse é o caminho para entregar o mais breve possível os benefícios que a população espera neste momento de crise. Vamos trabalhar duro para votar antes do recesso”, acrescentou, numa referência à pausa dos trabalhos do Congresso, a partir de 18 de julho.

A PEC aumenta o valor do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600; cria o voucher-caminhoneiro, de R\$ 1 mil; prevê benefícios a taxistas e suplementação financeira para o Alimenta Brasil, entre outros pontos. As medidas, em caráter emergencial, têm vigência apenas até dezembro deste ano. A proposta é classificada como eleitoreira pela oposição que, no entanto, votou a favor no Senado.

Aliado do governo, o vice-presidente da Câmara, Lincoln Portela (PL-MG), defendeu que o Parlamento não se apegue a discussões ideológicas ou sobre a proximidade das eleições. “Por mais que o governo ajude e contribua com as pessoas no sentido de auxílios, o trabalhador quer ver a geladeira cheia, ele quer usar o fogão e ter botijão de gás. O governo tem de se desdobrar para ajudar”, enfatizou. “Se a gente conseguir, na ponta, baixar o diesel e os combustíveis, isso terá reflexo no preço dos alimentos, e os trabalhadores poderão ter uma vida mais digna. É fundamental que o Parlamento participe disso ativamente, sem questões doutrinárias e

ideológicas. A nossa ideologia é o povo brasileiro. Precisamos do pão na mesa do povo brasileiro.”

Do outro lado, partidos contrários ao governo planejam estratégias com cautela. O líder do PSB na Câmara, Bira do Pindaré (MA), disse não haver possibilidade de a oposição se contrapor a uma tese que sempre defendeu, principalmente o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600. Apesar disso, o parlamentar salientou que a proposta é oportunista. “Sabemos que essa medida, no contexto atual, tem caráter claramente eleitoreiro. Vamos questionar e exigir que haja uma tramitação em rito normal. É preciso que todas as forças políticas tenham a oportunidade de debater a questão. Não podemos aceitar que essa decisão seja tomada de maneira açodada”, frisou.

A avaliação é de que lançar mão do estado de emergência na PEC abre precedentes para outras ações. “Modificar a Constituição com esses objetivos é algo temerário, sem dúvida alguma. Por isso, precisamos discutir com cautela”, destacou o deputado.

O líder do PT na Casa, Reginaldo Lopes (PT-MG), definiu a PEC como “um flagrante crime eleitoral” e endossou o argumento de que a proposta tem de seguir o rito normal. “Não podemos rasgar o regime interno, já rasgaram a Constituição e as leis eleitorais da democracia brasileira”, criticou.

Já o Partido Novo avalia ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a PEC, em caso de aprovação na Câmara, por desrespeito aos princípios constitucionais que regem as eleições e que embasam a Lei Eleitoral.

“Nosso jurídico já está trabalhando na tese, mas é impressionante a velocidade com que o Congresso faz remendos casuísticos e, ao mesmo tempo, é de uma letargia também impressionante quando se tratam das reformas estruturais”, declarou Eduardo Ribeiro, presidente da legenda.

Na avaliação do secretário-geral e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, o

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Esse é o caminho para entregar o mais breve possível os benefícios que a população espera neste momento de crise. Vamos trabalhar duro para votar antes do recesso”

Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara

governo e o Congresso agem com “desespero eleitoral”, e as medidas em torno do pacote de bondades podem gerar uma bomba fiscal, trazendo ainda mais prejuízos após o período eleitoral.

“A PEC abre um precedente perigoso. Em função de dificuldades socioeconômicas, será decretado o estado de emergência a três meses das eleições, de forma a romper as limitações do teto de gastos, da regra de ouro, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Eleitoral”, ressaltou. “Se a moda pegar, teremos estado de emergência a toda hora. O problema é que a carruagem de hoje pode se transformar em abóbora amanhã.”

De acordo com o economista, as medidas vão prejudicar a governança da próxima gestão. “Alguém imagina que o novo presidente terá condições políticas de governar sem tais benefícios, que

terminariam em dezembro deste ano? Benefícios são vantagens fáceis de implementar e difíceis de serem retiradas. As consequências decorrentes da sinalização para o populismo fiscal são a alta da inflação, a elevação dos juros, a redução dos investimentos e o desemprego”, listou.

Impulso modesto

O cientista político Christopher Garman, diretor-geral para as Américas do Eurasia Group, afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) está dando um tiro no pé com a PEC, no desespero de sair gastando a qualquer custo para tentar garantir a reeleição, mas o impulso eleitoral deve ser modesto.

“Primeiro, os brasileiros que recebem o benefício (Auxílio Brasil) são mais leais ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

com um alto percentual dizendo que já decidiu seu voto. Além disso, após a aprovação do auxílio emergencial de 2021, houve uma defasagem de três meses entre o lançamento de um novo benefício e o aumento nos índices de aprovação de Bolsonaro”, destacou, em relatório enviado aos clientes ontem.

Segundo ele, esses fatores sugerem que a PEC, provavelmente, teria um impacto modesto nos números de Bolsonaro — aumento de um a três pontos percentuais, no máximo —, o que não é suficiente para alterar as chances de 70%, conforme a Eurasia Group, de triunfo do petista em outubro. “A chave para uma vitória de Bolsonaro (de 25% a 30% de chances) continua sendo melhorias adicionais no mercado de trabalho e uma campanha negativa muito eficaz contra Lula antes da votação”, frisou.

Presidente da CCJ quer avaliar proposta na terça

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Arthur Maia (União Brasil-BA), detalhou as estratégias para acelerar a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que amplia benefícios sociais às vésperas da eleição. Segundo ele, o texto pode ir diretamente a plenário após passar na CCJ, se houver acordo com líderes partidários. Para isso, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), terá de fazer uma articulação que envolva os oposicionistas.

Maia acredita que a proposta possa passar pela CCJ na próxima terça-feira, se a oposição não pedir para adiar a votação. Nesse caso, Lira precisaria fazer um acordo para unir o chamado “pacote do desespero” com a PEC dos biocombustíveis, que deve

ser votada em comissão especial na quarta. Com isso, o texto poderia ir ao plenário na semana que vem. Esse é o cronograma mais rápido para a tramitação.

Se não houver acordo para votar a PEC na CCJ na terça, afirmou Maia, a proposta só poderia ser analisada na comissão na sexta. “A gente vai fazer um trabalho na Câmara para adiantar a aprovação da admissibilidade, tentando que não haja pedido de vista, e o presidente Lira vai ter de fazer um trabalho de costura com os outros líderes para conseguir que haja um acordo para que ela seja apensada à PEC 15 (dos biocombustíveis)”, explicou.

Conforme o Regimento Interno da Câmara, uma PEC precisa ser analisada por comissão especial em, no mínimo, 10 sessões. Maia lembrou que a PEC

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Segundo Maia, a PEC pode ir direto ao plenário após passar na CCJ

dos Precatórios — aprovada pelo Congresso no fim do ano passado e que abriu espaço fiscal superior a R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano — teve tramitação acelerada e foi diretamente a

plenário após Lira unir a proposta com outra que já havia passado em comissão especial. O presidente da CCJ ponderou que, na ocasião, foi feito um acordo com os líderes partidários.

Dólar vai a R\$ 5,32, após a votação no Senado

O aumento da percepção de risco fiscal com a tramitação da PEC dos Combustíveis no Congresso, aliado à busca global pela moeda norte-americana diante de sinais de perda de fôlego da atividade na Europa e nos Estados Unidos, pautou os negócios no mercado de câmbio local na sessão de ontem. Após encerrar junho com alta de 10,15%, o maior avanço mensal desde março de 2020, o dólar emendou o terceiro pregão seguido de valorização e fechou acima da linha de R\$ 5,30, pela primeira vez, desde 4 de fevereiro (R\$ 5,3220).

Pesou sobre os negócios a ampliação dos gastos previstos na PEC dos Combustíveis, aprovada na quinta-feira, de forma resplandecente, no Senado, com decretação do estado de emergência. Já estavam na conta do

mercado o aumento do Auxílio Brasil (de R\$ 400 para R\$ 600), a ampliação do vale-gás e o voucher a caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais. No apagar das luzes, contudo, foram incluídos no texto o “auxílio-taxista”, com custo de R\$ 2 bilhões, e a adição de R\$ 500 milhões para o programa Alimenta Brasil — o que elevou a fatura extrateto de R\$ 38,75 bilhões para R\$ 41,25 bilhões.

Foi em meio a esse painel adverso que o mercado abriu chutando o dólar rapidamente para cima de R\$ 5,30. A máxima da sessão, a R\$ 5,3382, veio ainda pela manhã. Ao longo da tarde, em meio a ajustes intraday, a moeda chegou a tocar o patamar de R\$ 5,29, mas voltou a ganhar fôlego na última hora de negócios e fechou em alta de 1,65%, a R\$ 5,2312.